Jornal da Tarde

6/6/1999

Agricultura: impostos e juros altos atrasam crescimento

A avaliação é de Fernando Homem de Mello, um dos maiores especialistas do setor. Para ele, as altas taxas de juros e a excessiva carga tributária encarecem a produção, diminuindo a competitividade dos principais produtos agrícolas no exterior. Ele lembra ainda que a definição de uma política mais clara para a área permitiria a redução do quadro de desemprego nas grandes cidades

ANA CLÁUDIA LANDI

ENTREVISTA

A agricultura brasileira passa por uma grande transformação. Novas tecnologias e métodos mais eficientes de trabalho promovem a maior revolução na história desse setor produtivo no Brasil. No entanto, esse desenvolvimento não se tem mostrado linear. Ao lado desse perfil moderno, uma agricultura bastante atrasada ainda resiste, com problemas que não ocorrem nem mesmo em países com menos recursos econômicos e naturais que o nosso. Quais os motivos dessa desigualdade?

Infelizmente isso é verdade. A agricultura brasileira não é homogênea pelos mesmos motivos pelos quais quase nada nesse país é homogêneo. Vivemos em uma sociedade onde predomina a desigualdade e a má distribuição de renda. Desigualdade essa social e econômica. Como não poderia deixar de ser, no setor agrícola isso também acontece. Em outras palavras, temos dois mundos. De um lado, um com dinheiro e, conseqüentemente, acesso aos recursos técnicos e aos ensinamentos necessários para operá-los. Do outro, um totalmente atrasado, empregando técnicas milenares.

Os principais motivos para essa desigualdade seriam, então, todos relacionados ao acesso ou não às novas tecnologias?

Sem dúvida. Mas o acesso a essas tecnologias só ocorre após o acesso à educação e aos recursos para contratá-la.

Entre os principais produtos agrícolas brasileiros, quais os que passaram por um avanço maior?

Existem vários produtos e culturas que passaram por um grande desenvolvimento nos últimos anos. É o caso da soja, do suco de laranja e do café. Talvez a soja seja o exemplo mais claro. Hoje, o cultivo do produto é feito da mesma forma que em qualquer outro local avançado do mundo. Além do açúcar, é claro.

E quais as culturas mais atrasadas atualmente?

Geralmente, aquelas que não são voltadas à exportação. Como os produtos que não possuem mercado fora do local, como o feijão e a mandioca. Essas lavouras, em sua maioria, estão nas mãos de pequenos produtores, sem muitos recursos. A produção é pequena, forçando até mesmo a importação durante vários meses do ano.

O que fazer para reduzir essas desigualdades, promovendo um desenvolvimento da agricultura como um todo?

Apenas com a ampliação dos investimentos em educação, de cursos técnicos inclusive, e da melhor distribuição da renda.

O Plano Real proporcionou, principalmente em seus primeiros anos, uma melhoria na distribuição de renda. Isso não ajudou a minimizar o problema da desigualdade no campo?

Sim, com certeza melhorou. Mas não resolveu.

E a desvalorização cambial. Quais os efeitos produzidos na agricultura?

Resolveu uma distorção grave. Aumentou a competitividade dos nossos produtos no exterior. Nossos principais produtos de exportação passaram a ter preços mais razoáveis lá fora. Mas, por um outro lado, a desvalorização elevou em quase 50% o preço dos principais adubos e insumos utilizados nas agriculturas de grande porte.

A desvalorização do real aconteceu no momento certo para o setor?

Sim. Num momento bastante oportuno. Isso porque, em janeiro, quando ela aconteceu, começaríamos uma colheita a preços altíssimos num momento de claro desaquecimento mundial, em meio a uma crise global. Ou seja, teríamos bastante dificuldades para a comercialização da safra. Com a desvalorização. Vivemos um período de euforia entre os setores de exportação.

Essa euforia mostrou-se correta?

Não. Logo em seguida ela começou a dar lugar a uma análise mais realista das coisas. Primeiro, porque todo mundo percebeu que os preços dos insumos estavam subindo bastante e, depois, que as cotações dos principais produtos agrícolas estavam caindo no mundo todo, devido à crise internacional. Ou seja, as chances de lucro caíram.

A melhora do cenário internacional não resolve essa última questão?

Sem dúvida. Mas o fator mais importante é que os grandes fabricantes internacionais de adubos e produtos químicos começam a perceber que já é hora de repensar boa parte dos reajustes praticados no início do ano. Não podemos esquecer também que as próprias cotações do real em dólar recuaram.

Ainda em relação às exportações. Qual a avaliação do senhor da política do governo Fernando Henrique na área?

Tem melhorado, mas ainda é sofrível. O governo precisa ser mais duro em relação à questão do protecionismo imposto pelos países desenvolvidos aos produtos brasileiros.

Essa é uma questão que é sempre citada pelos empresários do setor. Como o governo deve tratar o problema do protecionismo e qual a avaliação que o senhor faz do assunto?

Esse é um problema muito sério. Mas a discussão da questão vem ganhando espaço. Todo mundo sabe que os países desenvolvidos impõem muitas defesas à suas agriculturas. Mas o governo tem a obrigação de discuti-las claramente. Assim como tem a obrigação de resolver os outros entraves ao desenvolvimento da agricultura se quiser cumprir as metas de crescimento do setor fixadas para os próximos cinco anos.

Quais entraves?

A falta de linhas permanentes de financiamento, as altas taxas de juros e o excesso de tributos na área.

O que fazer para combatê-los?

Os dois primeiros problemas — falta de linhas de crédito e altas taxas de juros — estão estritamente relacionados. Taxas de juros elevadas inviabilizam o crescimento econômico em qualquer área. No campo não é diferente. Tanto o pequeno, quanto o grande agricultor precisam financiar a safra, a compra de produtos químicos e as exportações. Os juros atuais encarecem essas operações de forma absurda. Isso acarreta uma série de problemas, diminuindo a competitividade de nossos produtos.

Isso não forçaria o agricultor a buscar apenas as linhas de crédito oficiais, ou seja, com juros subsidiados, impedindo uma maior abertura dessas operações e desonerando os bancos oficiais?

Claro. O pequeno agricultor não tem outras saídas a não ser buscar as linhas oficiais. As altas taxas de juros praticamente inviabilizam a contratação de qualquer outra forma de empréstimo em um banco oficial.

E em relação ao excesso de tributos? O senhor afirmou que a grande carga tributária do País é uma das principais responsáveis pelas dificuldades que o setor enfrenta?

Temos uma carga tributária muito pesada. Superior a 30% do custo total. E, pouca gente sabe, o peso dos impostos em cascata e indiretos acaba sendo muito maior no campo que nas indústrias. Isso porque existem poucas formas de compensar os tributos ou obter qualquer tipo de isenção ou benefício fiscal. O agricultor paga um preço muito elevado por isso. Mas paga muito pouco de Imposto de Renda e de impostos sobre a terra. Essa é uma distorção muito grave. Apenas a reforma tributária pode resolver isso, desonerando a produção e mudando a forma de incidência dos tributos para beneficiar quem tem menos. Ou seja, quanto maior a renda, maior a contribuição para o fisco. Isso traria um benefício enorme aos pequenos e médios agricultores. Além do próprio consumidor, é claro. Este último seria beneficiado claramente pela queda dos preços agrícolas e da própria inflação, como um todo.

O senhor acredita que o governo ainda não "descobriu" a importância do barateamento da produção agrícola como uma das principais armas contra a volta da inflação?

Com certeza não. Desonerar a produção de alimentos é importantíssimo nesse momento. Estamos em um momento de transição. Estamos tentando contornar uma crise grave, de grandes proporções. O presidente Fernando Henrique precisa conscientizar-se disso. Isso se passa pela implantação da reforma fiscal, da redução das taxas de juros e pelos investimentos na melhoria da infra-estrutura e transportes, como os do programa Brasil em Ação.

Investir na agricultura também não é importante para minimizar o problema do desemprego no País?

Sem dúvida nenhuma. Todas as sociedades desenvolvidas viveram isso em um determinado momento. Todas verificaram esse processo de volta ao campo. Se, num primeiro momento, o desenvolvimento das cidades levou uma multidão de trabalhadores a abandonar o campo, o esgotamento das possibilidades de emprego nos centros urbanos está provocando agora um processo inverso. E o governo precisa estar atento a essas possibilidades. Além disso, o momento é extremamente propício para qualquer ação no sentido de incentivar a contratação no campo. A desvalorização do real também corrige uma outra distorção em relação ao emprego. Durante meses de real valorizado, importar qualquer equipamento ou nova tecnologia era muito barato. Os grandes fazendeiros e produtores rurais se modernizaram de uma maneira inacreditável, reduzindo ainda mais o número de vagas no campo. A correção cambial tem tudo para resolver a questão, pelo menos ao alinhar os custos das importações aos dos salários.

O trabalhador rural brasileiro não está atrasado em relação aos seus colegas latinoamericanos?

Sim. Falta educação e treinamento. Mas isso é um problema estrutural do País que só será resolvido com grandes investimentos em educação. Falta ainda esclarecer e firmar novos mecanismos para a modernização das relações de trabalho no campo.

Quais as previsões que o senhor faz para o setor agrícola nos próximos anos?

Fico até constrangido de falar, com medo de parecer extremamente otimista, mas são bastante boas. Os investimentos feitos nos últimos anos vão começar a apresentar os primeiros resultados já no ano que vem. Com a esperada redução dos juros, a aprovação da reforma tributária e a estabilização cambial temos tudo para permitir ao setor um desenvolvimento sem precedentes.

(4A BRASIL)